



Lex

TOM GINSBURG PROFESSOR DE DIREITO INTERNACIONAL

“A forma como a crise financeira foi gerida fez crescer o populismo”

Tom Ginsburg, coeditor da obra sobre o papel das constituições em tempos de crise financeira, diz que os tribunais nacionais souberam defender os direitos dos cidadãos no período da troika.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt



Pedro Ferreira

Durante a crise financeira, na União Europeia assistiu-se a uma tentativa de judicialização dos problemas políticos junto dos tribunais nacionais, transformando-os nos ‘maus da fita’.

O modo como a mais recente crise financeira foi gerida pelo poder político esteve na origem do crescimento das propostas populistas não só na Europa, mas um pouco por todo o mundo. É isso que pensa, e disse - o ao Negócios, Tom Ginsburg, especialista em direito comparado e direito internacional e coeditor do livro “Constitutions in Times of Financial Crisis”, no qual o chamado “programa de ajustamento” português ganha direito a um capítulo. A obra foi tornada pública no nosso país esta terça-feira, dia 10 de dezembro, no decorrer de uma conferência da Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre “Direito e Crise Financeira”.

Tendo por base as conclusões do trabalho que coordenou, nos períodos de crise os

tribunais constitucionais têm conseguido defender os direitos dos cidadãos e, em simultâneo, dar resposta às decisões do poder executivo?

Os juízes têm de realizar esse trabalho difícil de dar resposta simultânea às duas partes. Algo que aprendemos ao fazer o livro “Constitutions in Times of Financial Crisis” foi que, nos dias de hoje, em que se fala na judicialização da política, os tribunais são chamados

a intervir em muitas matérias e os políticos, por vezes, empurram determinadas questões mais difíceis para os tribunais, levando a que sejam estes a fazer o chamado “trabalho sujo”.

Na prática, nos países da União Europeia que foram mais afetados pela crise financeira, a realidade de que fala refletiu-se a que níveis? Durante a crise financeira, na

PERFIL

Entre o Direito e a Ciência Política

Professor de Direito Internacional e de Ciência Política na Universidade de Chicago, Estados Unidos, e membro da American Academy of Arts and Sciences, Tom Ginsburg é licenciado em Estudos Asiáticos e doutorado em Jurisprudência e Políticas Sociais pela Universidade da Califórnia, em Berkeley. Foi cofundador e é um dos diretores do Comparative Constitutions Project, que analisa as constituições de todos os estados independentes desde 1789. Tom Ginsburg foi coordenador do trabalho pluridisciplinar "Constitutions in Times of Financial Crisis" [Constituições em tempos de crises financeiras], editado pela Cambridge University Press e produzido com o apoio da Fundação Francisco Manuel dos Santos. A obra teve apresentação pública em Lisboa esta terça-feira, 10 de dezembro.

União Europeia assistiu-se a uma tentativa de judicialização dos problemas políticos junto dos tribunais nacionais, transformando-os nos "maus da fita". Os tribunais nacionais tiveram um trabalho árduo, por necessidade de lidar com as leis europeias, com as suas Constituições ou com as regras dos tribunais europeus, mas conseguiram que tudo funcionasse e que funcionasse bem.

Souberam defender os direitos dos cidadãos?

Souberam. Durante a crise, tiveram de lidar com casos que envolviam cortes nas pensões de reforma e com questões relacionadas com os sistemas de saúde ou seguros de saúde, entre outros, e conseguiram impedir que os cidadãos fossem penalizados por medidas inconstitucionais. Ao mesmo tempo, foi necessário dar resposta aos políticos quando estes questionavam de que modo poderiam solucionar os problemas, sem ser da forma como o pretendiam fazer. Mais ou menos ativos, os tribunais dos países afetados pela crise fizeram o seu trabalho.

É essa a conclusão a que se chega relativamente aos tribunais portugueses durante a recente crise financeira?

No capítulo do livro dedicado a Portugal [da autoria de Teresa Violante e Patrícia André] é feita uma crítica aos tribunais, considerando que deveriam ter sido mais dialogantes com o poder legislativo. Contudo, ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que houve um equilíbrio nas decisões entre os direitos socioeconómicos dos cidadãos e as necessidades da economia.

Referiu que nos dias de hoje se fala muito em judicialização da política. Foi isso que sucedeu em Portugal?

Costumo dizer que se temos uma judicialização da política, depressa se assiste a politização da justiça. É a resposta natural quando isso sucede. Não conhe-

ço bem os tribunais portugueses, mas lendo o capítulo que foi escrito sobre o que se passou no país, fizeram o seu trabalho sem se politizarem. Limitaram-se a aplicar a lei.

Os tratados da União Europeia estabelecem limitações ao nível das contas públicas. Até que ponto essas imposições legais não são um limite à democracia nos Estados-membros?

Esse é um dos aspetos focados no livro. Normalmente, os governos são legitimados democraticamente pela escolha dos eleitores. O governo da União Europeia retira a sua legitimidade do funcionalismo, da tecnocracia. As pessoas ficam naturalmente insatisfeitas em serem governadas por tecnocratas que lhes dizem que não há alternativa, que a via para resolver os problemas é uma via única. Vimos o efeito que esse discurso teve na Grécia, onde as pessoas ficaram efetivamente zangadas.

Ficaram zangadas com os decisores políticos da UE. A política de austeridade, da inexistência de alternativa, foi uma escolha errada?

Penso que hoje podemos afirmá-lo. Hoje todos estão preocupados com o crescimento do populismo, mas tal é um resultado direto da crise financeira. É evidente que há também outras razões para o explicar, como a imigração, mas penso que a forma como a crise financeira foi gerida é a principal razão para o crescimento do populismo. ■

Desigualdades são origem dos atuais protestos no mundo

Um pouco por todo o mundo sucedem-se protestos populares centrados no desconforto dos cidadãos com a corrupção que percebem e com as condições de vida difíceis. Tom Ginsburg, especialista em direito internacional e estudioso destes fenómenos, diz que as crescentes desigualdades socioeconómicas explicam este fenómeno.

Nos Estados Unidos não foram aplicados programas de austeridade, mas não deixaram de aparecer propostas políticas populistas, como na Europa. O que as explica?

O nosso Governo [na altura liderado por Barack Obama] fez um bom trabalho durante a crise, porque não tivemos austeridade. Mas no final do dia, nenhum banqueiro foi julgado, nem ninguém foi punido pelo que provocou, o que deu origem ao descontentamento das pessoas e ao surgimento de soluções políticas populistas.

Na sua condição de cientista político, vê alguma forma de

dar a volta a este problema?

Olhando em redor, conseguimos ver protestos um pouco por todo o mundo, alguns dos quais muito violentos, como em Hong Kong ou no Chile, onde estive recentemente. As preocupações são as mais diversas, mas aquelas de que as pessoas mais falam dizem respeito à corrupção e às deficientes condições de vida.

Esses são os problemas centrais?

O problema central está ligado às desigualdades socioeconómicas e ao estádio atual do capitalismo, em que as pessoas que estão no topo acumulam a riqueza e pouco é distribuído pela grande maioria da população. É um problema político. Temos de saber lidar com ele ou então vamos ver cada vez mais protestos em muitos e muitos outros países.

Em Hong Kong, realidade que estuda e conhece, quem pensa que vencerá? Os cidadãos que reclamam democracia ou a lei e o Governo chinês?

É muito importante lembrar que o território de Hong Kong, para a China, está carregado de simbolismo. A possibilidade de Hong Kong ser uma democracia ou ser independente é zero. Isso não vai acontecer. Também não creio que possa haver uma invasão por parte da China. A situação não fere o regime de Pequim. Não vejo que qualquer dos lados ganhe, mas penso que os protestos tenderão, com o tempo, a desvanecer-se. ■



O problema central [que está na origem dos protestos um pouco por todo o mundo] está ligado às desigualdades socioeconómicas.